



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 2/2023/CONSUP/IFTO, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023

1 Ata da segunda reunião extraordinária de dois mil e vinte três do Conselho Superior
2 – Consup do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.
3 No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, às nove horas, no Auditório
4 I da Reitoria do IFTO, reuniu-se, sob a presidência do reitor, Antonio da Luz Júnior, o
5 Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins. Foi registrada a presença dos
6 representantes do Colégio de Dirigentes: Paula Karini Dias Ferreira Amorim, primeira
7 titular; Manoel Delintro de Castro Neto, quarto titular; Nayara Dias
8 Pajeú Nascimento, primeira suplente; dos representantes dos servidores docentes:
9 Otávio Cabral Neto, primeiro titular; Saldanha Alves Braga, segundo titular; Maukers
10 Alem Lima Dias, terceiro titular; Gerson Alves de Oliveira, quarto titular; dos
11 representantes dos servidores técnico-administrativos: Iomar Lima Lago, primeiro
12 titular; Mayana Alencar de Matos, segunda titular; Andréia Sousa Castro, primeira
13 suplente; dos representantes dos discentes: Elson Martins Neves, primeiro titular;
14 Yohann Cristian Alves, quarto titular; Luiz Carlos Pereira da Luz, segundo suplente;
15 dos representantes dos egressos: Cristieley Maria de Sousa Alves de Oliveira,
16 primeira titular; Geovane Souza Moura, segundo titular; dos representantes do
17 Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Tocantins – SINDUSCON-
18 TO: Danilo Gomes Martins, suplente; dos representantes da Federação do Comércio
19 de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO: Isaura Conejo,
20 titular; dos representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento da
21 Agricultura e Pecuária – SEAGRO: Alexandre Barreto Almeida dos Santos, suplente;
22 dos representantes do SINASEFE Seção Araguatins, Fredson de Araújo Vasconcelos;
23 das representantes da Secretaria do Conselho Superior: Rosseane Elysa Ferreira
24 Barbosa e Távilla Carolina Coelho Carmo. O presidente agradeceu a presença de
25 todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Conforme explicado
26 anteriormente, para aproveitar a presença dos representantes da Fundação de
27 Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO, o presidente antecipou, sem
28 objeção dos conselheiros, a deliberação do ponto doze, a saber: deliberação acerca
29 da aprovação do Regulamento do Valor de Ressarcimento Institucional – VRI sobre
30 projetos envolvendo Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Desenvolvimento
31 Institucional no Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo
32 nº 23235.000750/2023-28. O pró-reitor de Extensão, Milton Maciel, parabenizou o
33 cumprimento do prazo da renovação do credenciamento com a FAPTO em 1º de
34 maio de 2023. Explicou que o Ministério da Educação exigia a aprovação do
35 Conselho Superior e a ata da reunião de aprovação como documento para
36 aprovação do credenciamento, daí a importância da aprovação e do
37 documento. Destacou o auxílio da FAPTO ao IFTO com relação à exigência de
38 documentação. Informou a constituição da comissão que tratou da regulamentação

39 do valor do ressarcimento institucional, e inteirou que a comissão possuía três
40 representantes do Colégio de Dirigentes, além dele, representando a Pró-Reitoria de
41 Extensão, e do João Marcelo, representando a Diretoria de Administração. Disse que
42 o valor do ressarcimento institucional era uma taxa para cobrir custos com a
43 utilização da estrutura física da instituição e da imagem institucional ou propriedade
44 intelectual de projetos desenvolvidos ou realizados fora da instituição, nos quais era
45 preciso custear a utilização da marca. Informou que a legislação preconizava que o
46 projeto ressarcisse ao Instituto o valor correspondente à utilização do bem e da
47 marca, e perceberam então que teriam que fazer isso por obrigatoriedade legal.
48 Quanto à definição da porcentagem referente à taxa de ressarcimento cobrada pela
49 instituição, informou que pesquisaram as taxas cobradas por outras instituições,
50 inclusive pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, e com esse apanhado,
51 entendendo que o objetivo não era onerar os projetos, mas sim captar receita, e sair
52 dos dez a quatorze por cento para vinte por cento no ano seguinte. Ressaltou que a
53 intenção era capacitar os servidores na elaboração e na execução de projetos, ou
54 seja, propiciar a busca e o apanhado de projetos e os levar à instituição. Lembrou
55 que uma taxa de ressarcimento alta poderia ser um empecilho para o financiador. A
56 título de comparação, informou que a Universidade Federal do Tocantins cobrava
57 uma taxa de ressarcimento de dez por cento, e que os Institutos Federais, de modo
58 geral, cobravam uma taxa de sete por cento, variando até dez e meio por
59 cento. Informou que a taxa do IFTO seria de três por cento, e justificou que a
60 taxa era mais baixa para atrair servidores e financiadores. Lembrou que a instituição
61 queria captar o recurso, mas de forma que possibilitasse ao servidor continuar
62 executando as propostas. Quanto à forma da divisão do orçamento a ser captado,
63 informou que a proposta era dividir em sessenta por cento para os *campi* e quarenta
64 por cento para a Reitoria a fim de incentivar a busca de novos projetos e, no caso de
65 projetos multicampi, a divisão seria na proporcionalidade de sessenta por cento
66 entre os *campi* participantes. Informou também que havia no Regulamento um
67 artigo que tratava dos projetos que não incidiam sobre o valor do ressarcimento.
68 Disse ainda que uma das recomendações da Procuradoria era que o valor do
69 ressarcimento institucional estivesse inserido no plano de trabalho, documento
70 encaminhado para a Fundação de Apoio. Informou que a Procuradoria também
71 solicitou a prestação de contas do valor de ressarcimento institucional feito pela
72 Fundação em nome do IFTO já no projeto. O conselheiro Danilo perguntou se o
73 ressarcimento poderia ser feito, por exemplo, através de doação de equipamento ou
74 se deveria ser feito via Guia de Recolhimento da União (GRU). O pró-reitor de
75 Extensão, Milton Maciel, explicou que a FAPTO emitiria a GRU e faria seu pagamento
76 (valor emitido), e que a prestação de contas ao Conselho seria no ano seguinte,
77 quando seriam apresentados os valores emitidos e pagos, ou seja, a devolução feita
78 pela FAPTO deveria ser feita via GRU. Milton disse ainda que, a princípio, achou
79 baixo o valor de três por cento de doação institucional pagos ao IFTO pelas
80 instalações e custos. Disse ainda que os gestores sabiam melhor do que qualquer
81 um o quanto tudo isso era oneroso; por isso, a princípio, achou baixa a
82 porcentagem, mas sendo feita de forma pedagógica, como atrativo, achou positiva a
83 justificativa. A seguir, Milton afirmou que havia achado um tanto desproporcional a
84 divisão de sessenta e quarenta por cento, justamente nessa linha pedagógica, por
85 não terem a cultura da captação de recurso intensamente disseminada no Instituto,
86 algo que disse ser uma realidade que precisava mudar. Porém, quem conhecia o
87 Instituto e sabia que as iniciativas ocorriam nos *campi*. Destacou que achou alta a
88 proporção de quarenta por cento para Reitoria, pois já estava dentro das atribuições

89 das pró-reitorias o fomento a projetos científicos. Achou os quarenta por cento da
90 Reitoria desproporcional. Disse que, se a intenção era fomentar o novo processo, a
91 Reitoria deveria atuar nesse aspecto financeiro mais como coadjuvante do que como
92 protagonista. Adiante, o conselheiro Otávio mencionou que também estava se
93 questionando quanto aos valores. Citou que ligou para Milton no dia anterior para
94 entender direito o processo. Disse que, às vezes, pelo corpo do texto, não era
95 possível entender de maneira clara o documento, no entanto, havia entendido o
96 processo e reconhecido sua importância; ainda assim, estava questionando os
97 valores. Esclareceu que os projetos vinham dos *campi*, sugeriu inclusive que a
98 Reitoria abrisse mão do valor de quarenta por cento e os atribuísse para os *campi*, já
99 que os projetos vinham deles mesmo. Disse também que talvez os valores não
100 fossem muito para Reitoria, mas que qualquer quantia que voltava para os *campi*
101 podia ser um *upgrade* para laboratórios, reagentes, melhorias de estrutura,
102 materiais de custeio, até fazer captação de novos materiais permanentes. Ressaltou
103 novamente que a Reitoria já tinha sua estrutura baseada nos recursos financeiros
104 vindos do governo federal e que abrisse mão dos valores para os *campi*. O
105 presidente justificou a divisão dos valores ao afirmar que o percentual atribuído aos
106 *campi* era de livre aplicação, que ainda não havia essa definição; no entanto, os
107 quarenta por cento destinados à Reitoria seriam destinados a atividades de
108 incentivo ao ensino, extensão, pesquisa, inovação e desenvolvimento institucional.
109 Dessa forma, o recurso destinado à Reitoria, obrigatoriamente, seria revertido em
110 apoio a mais projetos de pesquisa, extensão e ensino. Ressaltou que o recurso a ser
111 atribuído aos *campi* poderia ser alocado para pagamento de energia, contrato de
112 terceirizados, ou seja, outras despesas acolhendo o projeto, pois a parcela que iria
113 para os *campi* seria a contrapartida dessas despesas que a unidade teria. Reforçou
114 que o recurso destinado à Reitoria seria para ter condição de fomentar todas as
115 demais unidades, e não somente à unidade que, eventualmente, tivesse condições
116 de executar um projeto, mas sim para que todas pudessem ser beneficiadas ao
117 longo do tempo até obterem retorno das ações desenvolvidas, observando que o
118 recurso destinado à Reitoria deveria ser, obrigatoriamente, destinado ao incentivo
119 ao ensino, pesquisa e extensão. Disse que, eventualmente, poderiam até discutir o
120 inverso, cem por cento do orçamento (reconhecendo a importância do estímulo a
121 mais ações) destinado ao ensino, pesquisa e extensão, gerido pela Reitoria ou
122 pelo *campus*. Apesar de constatar que o volume era pequeno, o presidente pediu
123 que os conselheiros observassem que, caso o projeto não envolvesse nenhum
124 *campus*, o VRI seria destinado exclusivamente à Reitoria para incentivo a extensão,
125 pesquisa, inovação e desenvolvimento institucional, ou seja, mesmo sem a
126 participação dos *campi*, se o valor fosse destinado à Reitoria, seria revertido
127 exclusivamente a mais incentivo a ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento,
128 beneficiando todas as unidades. Enfatizou que a gestão do orçamento de ensino,
129 pesquisa e extensão da Reitoria não era destinada a projetos dos servidores da
130 Reitoria, mas para atender a todas as unidades. Expôs, em sua defesa, desde o
131 primeiro momento, que não houvesse cobrança, alegando inclusive, que estavam
132 desde 2018 sem cobrar. Informou que a primeira proposta do percentual de
133 cobrança era maior e que ele sugeriu redução máxima, porque de um projeto de R\$
134 100.000,00 (cem mil reais), o que era mais comum na instituição, cobrariam R\$
135 3.000,00 (três mil reais), quantia que, para o projeto, fazia muita diferença, no
136 entanto, questionou quantos meses de bolsa a gestão do IFTO fomentaria com este
137 valor. Frisou que o ideal era não ter o ressarcimento, mas que Léo, representante da
138 FAPTO, informou nas discussões que todas as instituições tinham a legislação, e que

139 o ressarcimento era uma necessidade. Lembrou que, além do percentual de
140 ressarcimento institucional, o projeto também deveria contabilizar o percentual de
141 gestão da Fundação, de dez e meio por cento, ou seja, para iniciar qualquer projeto,
142 havia treze por cento referentes a taxa de administração destinados ao IFTO e
143 à FAPTO. Destacou que, principalmente na iniciativa privada, era difícil incluir os
144 treze por cento de taxas no montante de recurso para o desenvolvimento de
145 projetos, por isso, estavam cobrando a taxa de dez por cento, enquanto outros
146 cobravam vinte por cento de início, pois esse percentual basicamente afastava o
147 parceiro interessado, o que justificava a redução máxima. Quanto ao destino do
148 recurso direcionado à Reitoria, reforçou que seria investido para o bem de toda a
149 instituição, especificamente para fomento de extensão, pesquisa e ensino, enquanto
150 o orçamento destinado aos *campi* teriam sua aplicação decidida a critério do diretor,
151 que poderia utilizá-lo para qualquer atividade. Disse que, enquanto servidor, achava
152 mais interessante assegurar uma boa parcela desse orçamento revestida para
153 fomento de mais projetos de pesquisa, extensão e ensino do que redirecionar para o
154 *campus* para qualquer outra atividade, por isso, a proposta estava estruturada
155 daquela forma, e lembrou a participação de três diretores de *campi* na comissão que
156 também participou da discussão. Léo, representante da FAPTO, complementou a
157 discussão informando que a Universidade Federal estava trabalhando na redução da
158 taxa para três por cento devido à dificuldade real no mercado quando apresentados
159 esses custos operacionais fixos às empresas. Sugeriu a manutenção da taxa de três
160 por cento, podendo ser revista futuramente. Destacou que a legislação dava a
161 discricionariedade a cada instituição de fixar seu valor justamente por causa das
162 diferentes realidades de cada uma no país. Reafirmou que esses custos realmente
163 deveriam ser inseridos, apesar de dificultarem a concorrência no mercado
164 empresarial. A conselheira Paula Karini acrescentou, em relação ao que foi posto
165 pelo presidente, que havia a necessidade de ressarcimento prevista na Política de
166 Inovação para que todos os projetos de pesquisa e inovação e PDI contassem com
167 uma proporcionalidade de retorno para o fortalecimento da própria política. Em
168 relação à preocupação com a gestão desse recurso, informou que era gerido
169 conforme a Política de Inovação, determinada pelo Conselho de Inovação, e que os
170 quarenta por cento iriam, obrigatoriamente, precisar de deliberação e transparência
171 acerca de sua aplicação, que não era de livre escolha das pró-reitorias. Paula deu
172 seguimento lembrando sobre a aplicação do orçamento das políticas sempre
173 precisar ser aprovada previamente, haja vista que as pró-reitorias eram as
174 executoras da política; nesse sentido, reforçou a importância de considerar que o
175 destino do valor seria para assegurar o que estava previsto na Política de Inovação,
176 porque, até então, tinham esse mecanismo previsto mas ainda não implementado
177 devido à necessidade de regulamentação. A conselheira Paula Karini ainda
178 tranquilizou os conselheiros ao afirmar também terem mecanismos para assegurar a
179 correta, devida e transparente destinação desses recursos para as atividades
180 especificadas conforme o próprio regulamento previa. Seguiu dizendo não ter o
181 recurso de ir para uma outra ação que não aquelas específicas e sempre aprovadas
182 por um colegiado que, no caso, era o Conselho de Inovação. O conselheiro Danilo
183 disse não ter, em sua leitura, dúvida alguma a respeito de como seriam geridos e
184 para que fim seriam destinados os recursos, que seu questionamento foi apenas
185 quanto à divisão quarenta/sessenta, pois achava que o *campus* acabaria sendo
186 penalizado, porque a utilização de todo o recurso seria no *campus*, com alguma
187 exceção da exceção, que seria executada na Reitoria. Na falta de um parâmetro
188 técnico, propôs oitenta por cento para o *campus* e vinte por cento para a Reitoria,

189 um meio termo entre a proposta do documento e a do conselheiro Otávio, da
190 Reitoria abrir mão do recurso. O conselheiro Yohann sugeriu inserir um terceiro
191 parâmetro para a definição das porcentagem, setenta/trinta, sendo os setenta por
192 cento divididos em cinquenta por cento para o *campus*, com aplicação a escolha do
193 diretor, os vinte por cento obrigatoriamente para estímulo a novos projetos, e os
194 trinta por cento para a Reitoria também para novos projetos. O conselheiro Manoel
195 Delintro, quarto titular representante do Colégio Dirigentes, disse acreditar que
196 muitos não sabiam a realidade que passava nos *campi*, ressaltou que estabelecer
197 obrigatoriedade de despesa em um *campus* era complicado. Relembrou as falas da
198 conselheira Paula e do presidente quando mencionaram que as pró-reitorias tinham
199 o papel de estimular em todos os *campi* essas ações, então, fixar um valor mesmo
200 que simbólico de cinquenta por cento ou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) era muito
201 complicado para quem estava na ponta, ou seja, os diretores, pois surgiam muitos
202 imprevistos e, nessas condições, haver a possibilidade de ter o recurso livre era
203 muito positiva. Propôs setenta/trinta para *campus*/Reitoria, sendo os setenta por
204 cento para o *campus* com aplicação livre. O presidente lembrou as propostas, a
205 saber: a proposta original: sessenta por cento para o *campus* e quarenta por cento
206 para a Reitoria, sendo o percentual do *campus* livre para qualquer finalidade e os
207 quarenta por cento destinados à Reitoria serem para estimular novos projetos;
208 proposta 2: oitenta por cento para o *campus* e vinte por cento para a Reitoria, sendo
209 os oitenta por cento livre para qualquer ação e os vinte por cento da Reitoria para
210 fomentar projetos; proposta 3: setenta por cento para o *campus* e trinta por cento
211 para a Reitoria, com os setenta por cento tendo destinação livre, e os trinta por
212 cento da Reitoria também para estimular novos projetos; proposta 4: setenta por
213 cento para os *campus* e trinta por cento para Reitoria, sendo os setenta por cento do
214 *campus* de livre destinação e os trinta por cento da Reitoria para destinação de
215 novos projetos. Na sequência, procedeu-se à votação das proposições, sendo
216 aprovada proposta 2, a saber: oitenta por cento para o *campus* e vinte por cento
217 para a Reitoria, sendo os oitenta por cento livre para qualquer ação e os vinte por
218 cento da Reitoria para fomentar projetos. Após apresentação, o item foi submetido à
219 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se
220 à deliberação do ponto dois, a saber: deliberação acerca de correções no projeto
221 pedagógico do curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio
222 do *Campus* Porto Nacional, conforme Despacho nº 4/2023/DIREBT/PROEN/REI/IFTO
223 (1877622) e Processo nº 23337.014332/2021-16. A conselheira Cristieley frisou as
224 várias correções no documento e perguntou à pró-reitora de Ensino quais as
225 principais alterações. Nayara explicou que geralmente as demandas de alterações e
226 justificativas eram apresentadas por uma comissão no *campus*, formada para
227 analisar o Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Observou que, no processo, no
228 Despacho nº 4/2023/DIREBT/PROEN/REI/IFTO (1877622), as três correções estavam
229 bem claras, sendo na carga horária mínima do curso, na carga horária de estágio e
230 na carga horária total do curso. O conselheiro Gerson, representante docente do
231 *Campus* Araguaína como professor de humanas, disse não poder deixar de
232 contribuir com o ponto, pois via que as reformulações eram adequações aos novos
233 procedimentos e às novas informações, obedecendo ao novo ensino médio. Afirmou
234 ser contrário, pois via essas informações sempre precarizando, cada vez mais, a
235 profissão docente. Disse terem autonomia para apresentarem outras reflexões,
236 seguindo a lei, obviamente, mas não reproduzir como estava sendo feito. Lembrou
237 que o *Campus* Araguaína tinha sido o primeiro *campus* a fazer a reformulação com o
238 *Campus* Gurupi, disse se sentir muito prejudicado a partir do ponto de vista do

239 exercício da docência, pois da forma como estava engessava demais o trabalho
240 docente e inviabilizava o tempo para o desenvolvimento de pesquisa, que era
241 essencial. Citou que, no *Campus Araguaína*, tinha um curso de Análises Clínicas
242 noturno, o que inviabilizava qualquer tempo para o professor desenvolver um
243 projeto integrador, pois os alunos não tinham horário. Reforçou que as informações
244 eram jogadas para o professor e ele que se virasse para arrumar tempo para
245 desenvolver pesquisas. Citou também as unidades diversificadas, que criavam
246 especificidades de disciplinas que requeriam aprofundamento docente, que
247 dependiam de um tempo o qual não tinham. Destacou fazer essa
248 interdisciplinaridade com muitas complicações devido ao pouco tempo,
249 principalmente no *Campus Araguaína*, onde a carga horária era muito elevada, o que
250 os impossibilitava de desenvolvê-la. Frisou ter ficado muito triste com tais
251 reformulações que precarizavam ainda mais o trabalho e, nesse sentido, reforçou e
252 se posicionou contrário porque ele não poderia ratificar esse tipo de mudança sendo
253 que a sua área, que era humanas, estava sendo extremamente afetada. Nayara disse
254 respeitar o posicionamento do conselheiro Gerson com relação ao movimento
255 nacional, mas afirmou ser importante deixar claro para os conselheiros e para todos
256 que os assistiam que o movimento nacional não era o que estava acontecendo no
257 IFTO. Disse que gostaria de ter oportunidade de explicar novamente o movimento
258 institucional ao conselheiro antes que ele voltasse para Araguaína, porque uma coisa
259 não tinha nada a ver com a outra. Explicou que a reformulação que estava
260 acontecendo no IFTO era para as unidades que aderirem se vincularem a um modelo
261 de matriz IFTO, institucional. Disse que as unidades diversificadas eram um pedido
262 feito há algum tempo pelos servidores docentes e sobretudo pelos estudantes, pois
263 queriam esse espaço no currículo para poderem trabalhar a interdisciplinaridade,
264 fazer o alinhavo de pesquisa, ensino e extensão. Frisou a importância de juntos
265 encontrarem formas para que os docentes que estivessem vivenciando os mesmos
266 problemas levantados pelo conselheiro Gerson superassem, pois quando se
267 propunham ser professores tinham que estudar para ministrar o conteúdo a que se
268 propuseram. O conselheiro Elson Martins Neves destacou seu ponto de vista quanto
269 às reformulações de PPCs. Informou que, no *Campus Araguatins*, o curso de
270 Engenharia Agrônoma, o qual cursava, estava passando pela reformulação de PPC,
271 saindo de uma única extensão para três disciplinas de extensão. Disse que o contato
272 com a comunidade era uma oportunidade a mais, e que o papel do IFTO era
273 promover pesquisa e extensão e divulgar as ações realizadas. Ressaltou as
274 reformulações como criadoras de melhores bolsas; citou que no seu curso
275 prestavam assistência técnica e precisavam ter contato rural, contato com a
276 comunidade, e sair de uma única extensão de apenas seis meses para três extensões
277 de um ano e meio davam a eles uma experiência muito maior, o que refletia em um
278 profissional formado pelo IFTO com muito mais habilidade e competência para
279 atuação. O presidente lembrou que havia membros no Conselho que não conheciam
280 eventualmente o dia a dia de sala de aula na instituição, então, quando fossem levar
281 algum elemento, seria interessante levá-lo consubstanciado em números, facilitando
282 para todos uma visão mais clara do que eventualmente estava sendo discutido e
283 colocado pois quando se fala “muita coisa aconteceu”, o muito era difícil de ser
284 compreendido, o que para alguns seria muito, para outros o muito não seria de fato
285 significativo. Sugeriu fazerem as colocações nesses termos para proporcionar a
286 participação qualitativa de todos os conselheiros e também para ficar mais
287 evidenciado o que estava sendo falado. Em relação aos PPCs de ensino médio e a
288 matriz de referência construída, o presidente explicou que, anteriormente, não eram

289 todos os estudantes que tinham a oportunidade de explorar e de participar de
290 projetos de pesquisa e de extensão, porque ficavam a mercê do convite de um
291 professor que estivesse desempenhando alguma atividade, no entanto, naquela
292 data, todos os estudantes tinham a oportunidade de participar porque era
293 curricularizado, o que era um ganho de oportunidade de formação, inclusive, na
294 perspectiva da fala de um dos colegas sobre a importância de desenvolver os
295 projetos em assentamentos. Disse que poderiam desenvolver um projeto integrador,
296 em que todos os estudantes fossem mobilizados, ou tirar uma unidade diversificada
297 para estudar a situação e socializar com um projeto integrador, pois tinham
298 elementos para serem trabalhados, e que, de qualquer modo, o ponto não era a
299 matriz de referência e, por isso, não iria se alongar neste assunto, apenas reforçou
300 sua sugestão de que fundamentassem as colocações, oportunizando dessa forma o
301 entendimento e a participação de todos. O conselheiro Gerson contextualizou com o
302 seu exemplo, curso de Filosofia e Sociologia no *Campus Araguaína*, com carga
303 horária total de vinte e quatro aulas, e citou que, na época, havia colega do curso de
304 História dando aula de Filosofia. Disse que estava apenas na Filosofia e que, fora
305 isso, era presidente do NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, além
306 da participação no Projeto Afro-Cientista, uma parceria com a Associação dos
307 Pesquisadores Negros, aberta a todos os *campi*, com nove orientados, oito do
308 ensino médio e nove do ensino superior, que davam suporte ao professor na área
309 burocrática. Informou que cada bolsista do ensino médio recebia R\$ 250,00
310 (duzentos e cinquenta reais) de bolsa, e cada bolsista do ensino superior recebia R\$
311 400,00 (quatrocentos reais). Além dos projetos citados, lembrou que ainda
312 participava do Consup e do desenvolvimento de outros projetos como um no ano de
313 2022 com uma organização não governamental – ONG de São Paulo que pesquisava
314 a questão das políticas antirracistas, projeto de formação para educação
315 especial numa comunidade quilombola, que durou um ano e seis meses. Diante da
316 contextualização feita, o conselheiro disse que ficava preocupado com a questão da
317 praticidade, pois afirmou ser magnífico diante do ponto de vista teórico, mas na
318 prática, a estrutura precarizava o trabalho do docente, pois os sufocavam. Gerson
319 chamou a atenção para a necessidade de, enquanto instituição de ensino, reforçar a
320 conjuntura local, no sentido da própria eficiência do ensino antes da aplicação
321 imediata das coisas, pois sobrecarregavam um projeto que já estava ineficiente ao
322 colocá-lo em prática na atual realidade, ou seja, inviabilizava na prática a realização
323 da ideia que era interessante, mas não encontrava lastro no mundo real, pois era
324 uma linguagem muito técnica, no sentido do senso comum do termo. Disse que
325 entendia que o ensino precisava de profundidade, dessa coisa crítica que as
326 universidades diversificadas tornavam muito rasa pois, ao dividir, limitavam o acesso
327 àquele conhecimento que deveria ser de todos os alunos. O conselheiro Gerson
328 disse ainda que a unidade diversificada dividia demais e não permitia que todos os
329 alunos tivessem acesso a conhecimentos que tinham antes quando a carga horária
330 de humanas era mais alta. Ressaltou a divisão como enfraquecedora da
331 possibilidade dos alunos terem esse acesso. Informou ter feito várias reuniões com
332 o professor Antônio quanto à aplicação em Araguaína e que, apesar da conselheira
333 Nayara ter dito que as unidades escolheram, isso não havia sido passado para eles.
334 Disse não ter feito parte de nenhuma comissão de PCC e que era o único
335 representante do NDA em Araguaína (Filosofia e Sociologia), e que as decisões
336 sendo tomadas de cima para baixo, sem nenhuma discussão, o preocupava muito.
337 Disse entender que era difícil por isso em prática, que havia resistência de boa parte
338 dos professores com relação às afirmações, que isso era muito sintomático devido

339 à falta de análise, por isso era preciso aprofundar. Disse ficar muito receoso com o
340 vanguardismo de algumas coisas sem muita ou nenhuma profundidade. Concordou
341 com a Nayara quanto à necessidade de conversar, pois poderia estar se
342 equivocando. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
343 aprovado por 17 votos favoráveis e 1 contrário. Na sequência, procedeu-se
344 à deliberação do ponto três, a saber: deliberação acerca da revisão e reformulação
345 do Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Graduação e Pós-Graduação
346 para servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
347 Tocantins – Pró-Qualificar, conforme Processo nº 23235.014044/2021-00. Juliana
348 Queiroz, representante da comissão responsável pela proposta de reformulação,
349 informou que o objetivo principal foi ajustar o regulamento editado antes da adoção
350 do processo administrativo eletrônico e também oportunizar que o programa
351 abarcasse e abrangesse algumas situações novas. Informou que a primeira delas foi
352 em decorrência da lei de inovação. Para explicar o panorama, Juliana informou que a
353 forma como o Pró-Qualificar atual era concebido permitia que o benefício fosse
354 passado ao servidor em forma de bolsa e de reembolso por uma ausência de
355 previsão legal no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
356 – PCCTAE. O Instituto, assim como as outras instituições e universidades da Rede,
357 poderiam apenas fazer o pagamento de reembolso para o TAE; para o docente, era
358 possível fazer o pagamento de bolsa e reembolso. Explicou que, com o advento da
359 lei de inovação, foi aberta a possibilidade de que o TAE fosse estudante de um
360 programa de pós-graduação com o viés em propriedade intelectual, inovação
361 tecnológica, transferência de tecnologia, e pudesse também receber bolsa, ou seja,
362 o TAE que fosse oriundo de uma instituição pública não precisaria comprovar a
363 necessidade de reembolso e poderia também receber bolsa assim como o docente
364 recebia. Informou que já estavam adotando o formato que já havia sido aplicado nos
365 dois últimos editais do Pró-Qualificar mobilizados pela Reitoria, mas sabiam da
366 necessidade de levar essa previsão também para o Regulamento. Juliana ainda
367 informou que uma outra previsão havia sido incluída e dizia respeito aos estudantes
368 provenientes de instituições estrangeiras. Esclareceu o que previa o atual
369 Regulamento; na verdade, ele vedava o pagamento de benefício a esses estudantes,
370 só era previsto ao estudante de instituição nacional e, na nova proposta, previa-se
371 também o pagamento do Pró-Qualificar com ponderações. De acordo com Juliana, o
372 servidor que fosse beneficiário do programa precisava convalidar o título, comprovar
373 para a administração de que o curso foi convalidado em âmbito nacional, o que
374 abria a possibilidade dos colegas concorrerem, pois era uma realidade docente
375 fazer curso de pós-graduação no exterior; então, a partir da alteração, eles também
376 poderiam participar da seleção. Além desses dois pontos principais, Juliana
377 informou que foi feita uma revisão na redação para adequar ao processo eletrônico
378 e também no quadro de pontuação. Citou, como exemplo, que a comprovação de
379 tempo de serviço exigia uma declaração da unidade de gestão de pessoas e a
380 proposta era que uma certidão no SUAP também fosse válida. Informou que haviam
381 tirado a previsão de aderência ao PDI, porque perceberam que, na prática, era
382 apenas um documento a mais para o servidor organizar, sendo que a avaliação de
383 aderência ao cargo já era em outro momento, ou seja, simplificaram. Informou a
384 inclusão de previsão de pontuação na última avaliação de desempenho, por ser uma
385 obrigatoriedade do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, inclusão feita
386 também no Regulamento de afastamento para pós-graduação; os servidores TAEs e
387 docente usariam a nota na última avaliação e uma conversão seria feita para um
388 cálculo de zero a dez. Informou serem essas as principais mudanças e que, no

389 processo, tinha o parecer da Procuradoria, tendo sido feito o saneamento desse
390 parecer, e a expectativa era de que o Regulamento atualizado fosse utilizado na
391 próxima seleção do Pró-Qualificar; por essa razão, tinham solicitado a inclusão do
392 ponto de pauta na reunião daquela data. O conselheiro Saldanha parabenizou a
393 comissão pelo processo democrático, pois havia sido disponibilizado no *site* e via e-
394 mail para participação dos servidores, inclusive docentes. Destacou o fato de o
395 Regulamento levar mais qualidade e ser uma preocupação a mais para o servidor. A
396 conselheira Paula Karini, representante do Colégio de Dirigentes, primeira titular,
397 também parabenizou toda a comissão responsável pela atualização do documento.
398 Disse que os pontos tinham necessidade de serem tratados, mas propôs algumas
399 adições: possibilidade de os presentes analisarem a inserção de um parágrafo
400 conceituando pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico, propriedade
401 intelectual e transferência de tecnologia, haja vista ser uma das justificativas para o
402 investimento na qualificação do servidor com o advento da política de inovação, e
403 no artigo 10 sugeriu a inserção do item 7. Informou que o artigo 10 tratava dos
404 documentos e anexos necessários para homologação da inscrição, pressupondo que
405 o candidato já estaria matriculado e aceito pela instituição para se
406 inscrever; recomendou que fosse inserido no item uma comprovação de que o
407 projeto de pesquisa fosse cadastrado no SUAP no âmbito da Pró-Reitoria de
408 Pesquisa ou de Extensão, dependendo da natureza do projeto. Outra sugestão feita
409 pela conselheira foi a de considerarem a comprovação de inadimplência com os
410 programas geridos pelo IFTO como proposta de inclusão para o artigo 10. Proposta
411 de inclusão para o artigo 11, item 6: não só comprovar que o projeto estava
412 cadastrado na SUAP na primeira fase, que era a submissão, mas também para a
413 renovação, para manter a execução do projeto atualizada. Lembrou que tinham
414 projetos de mestrado e doutorado de um ano, dois anos, podendo chegar até
415 quatro anos para o cumprimento das atividades, por isso recomendou considerar a
416 possibilidade na renovação do documento de que precisavam emitir um relatório,
417 que a manutenção fosse substituída pelo relatório porque nele constaria o que havia
418 sido produzido pelo bolsista. Para o artigo 12, a conselheira Paula Karini sugeriu o
419 texto: comunicar ao Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT as invenções, o modelo e
420 a utilidade programa de computador cultivares e demais propriedades intelectuais
421 desenvolvidas no curso do projeto antes de serem encaminhadas para publicação,
422 pois sabiam que projeto com propriedade intelectual, se fosse publicado, perdia o
423 direito de proteção porque o tempo da graça era de apenas de um ano, ou seja, o
424 IFTO e, conseqüentemente, todas as equipes das instituições envolvidas com o
425 conhecimento novo gerado perdiam o direito a essa propriedade, pois tornava-se
426 um bem comum; dessa forma, não teriam como exigir nenhuma propriedade sobre
427 aquele bem. Pediu que essa orientação constasse no Regulamento, bem como a
428 observação de que sempre que algum artigo ou alguma produção desse pesquisador
429 fosse divulgado, ele deveria inseri-lo, pois o IFTO era uma das instituições
430 financeiras. Justificou as inserções sugeridas se baseando no que já vinha sendo
431 praticado pelos editais, como política de proteção e de divulgação do Instituto
432 Federal no âmbito das publicações dos servidores. O conselheiro Gerson chamou a
433 atenção para o Capítulo 3, Dos Incentivos, incisos I, II e III: levantou o
434 questionamento sobre qual era o resultado a partir do ponto de vista da pesquisa
435 em humanas. Juliana explicou que o ponto era exclusivo para comprovação
436 de servidor TAE cujo artigo não se encaixasse na concessão de benefício ao docente,
437 pois o servidor TAE deveria enquadrar seu curso em alguma das linhas de pesquisa
438 de propriedade intelectual, transferência de tecnologia ou inovação

439 tecnológica. Gerson perguntou como seria do ponto de vista do resultado geral, se
440 havia alguma coisa que tratava da especificidade da área de humanas, acerca
441 do resultado. Justificou seu questionamento, pois um colega seu, em 2022, havia se
442 candidatado ao Pró-Qualificar, estava afastado para o doutorado na área de
443 linguagens e pesquisava uma líder negra nos Estados Unidos que acabou criando a
444 história da bruxa de Salém. Informou que a candidatura havia sido negada no
445 primeiro momento com a justificativa de que a pesquisa do colega não produzia
446 nada. Informou que o candidato teve que fazer um documento solicitando
447 novamente e explicando que sua pesquisa tinha especificidade, que não era algo
448 atrelado a uma visão mais econômica e então foi agraciado com a bolsa. O
449 conselheiro Gerson disse que seria interessante caso tivesse algo no documento que
450 mostrasse essa especificidade na área de humanas, para que não houvesse negação
451 de bolsa aos candidatos da área de humanas. Juliana explicou que esse não era o
452 objetivo do regulamento em questão, lembrou que o Pró-Qualificar era um
453 programa de capacitação. Disse que compreendia a proposta da professora Paula
454 Karini no sentido de que, por meio do trabalho, fomentassem também os
455 indicadores de pesquisa e trouxessem outros projetos para o seio da instituição, e o
456 reconhecimento no momento da publicação. Disse que as alterações daquela
457 natureza eram tranquilas de serem feitas. No entanto, informou à Paula que a sua
458 proposta de inclusão da comprovação de registro no SUAP sugerida no artigo 10 era
459 mais oportuna no momento em que o servidor fosse aderir ao programa, porque o
460 artigo 10 tratava da inscrição, um momento corrido para o servidor de organização
461 de documentação e que seria mais um documento para expedir naquele momento.
462 Quanto à indagação do conselheiro Gerson, reforçou que a comprovação acerca dos
463 indicadores era apenas para o servidor TAE que quisesse concorrer a uma bolsa,
464 então, necessariamente, teria que comprovar que seu programa estava abarcado
465 por uma lei de inovação. Frisou que o Regulamento não dispunha sobre avaliação de
466 indicadores de produtividade nos outros programas, porque realmente não era o
467 objetivo do Pró-Qualificar. Gerson perguntou se o caso do seu colega apresentado
468 por ele não entrava na situação. Juliana perguntou ao que exatamente o colega
469 concorreu. Gerson respondeu que foi ao Pró-Qualificar. Juliana perguntou qual foi a
470 pontuação que o colega obteve. Gerson explicou que o colega se candidatou ao
471 programa, que foi negado com a justificativa de que a pesquisa dele não produzia
472 nada. Juliana perguntou se o colega era TAE ou docente. Gerson informou que seu
473 colega era docente. Juliana estranhou a situação, pois de acordo com ela, no Pró-
474 Qualificar, fazia-se a análise de correlação com o cargo do servidor, que a seleção de
475 fato fazia essa correlação para a concessão de afastamento, que precisava de
476 comprovação, e o curso do servidor tinha correlação com cargo efetivo ou com cargo
477 comissionado do servidor público. Reforçou que o Pró-Qualificar não entrava no
478 mérito de que o curso tinha ou se produzia alguma correlação direta. Disse que
479 precisava ter acesso ao caso concreto para entender o que havia ocorrido. Gerson se
480 desculpou após a explanação de Juliana, disse que o colega provavelmente teria lhe
481 passado a informação errada. Juliana se prontificou a analisar o ocorrido desde que
482 Gerson lhe passasse o número do processo. Após apresentação,
483 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
484 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatro, a saber: deliberação acerca
485 de alterações no projeto pedagógico do curso superior de Tecnologia em Alimentos
486 do *Campus* Paraíso do Tocantins, conforme Processo nº 23234.008818/2021-65. O
487 diretor de Graduação (DIGRAD), Daniel Marra, explicou que aquela e as próximas
488 três pautas se tratavam de alteração de cursos para o atendimento de algumas

489 diretrizes internas e externas, sendo que das externas as duas mais importantes
490 eram a Resolução nº 7, de 2018, que trata da curricularização da extensão nos
491 cursos de graduação e outra especificamente para curso de licenciatura, que era a
492 Resolução nº 2, de 2019, que também apresentava novas diretrizes para os cursos
493 de licenciatura. Informou que os quatro PPCs do *Campus* Paraíso do Tocantins
494 estavam sendo alterados pela mesma razão. A conselheira Paula Karini fez um
495 pedido de esclarecimento. Como proposta, disse que a comissão sugeria a inserção
496 de uma disciplina em uma unidade curricular denominada Escritório Modelo, que ia
497 do um ao sete. Lembrou que também havia regulamentado, no âmbito do Instituto
498 Federal, escritórios-modelo como um ambiente de inovação; nesse caso, informou
499 que sua preocupação era porque, na leitura, percebia que realmente não eram
500 iguais, tanto que não havia menção a regulamentação de estruturação de escritório
501 modelo no PPC, por isso, supunha que tinham natureza e abordagem diferentes.
502 Ressaltou sua preocupação com o fato de uma mesma nomenclatura para atividades
503 com naturezas diferentes gerar alguma confusão na comunidade, haja vista que o
504 escritório modelo era também um tipo de laboratório utilizado amplamente em
505 cursos de administração, arquitetura e direito. Propôs a mudança do nome sem
506 prejuízo ao que estava sendo proposto, sugeriu o nome Escritório de Projetos, haja
507 vista que estavam sendo trabalhados projetos de diversas naturezas, e se fosse o
508 inverso, sugeriu incluir a regulamentação do procedimento, conforme
509 regulamentação da estruturação de escritórios modelo. Com relação às disciplinas
510 criadas no curso, Daniel esclareceu qual era o papel da Diretoria de Graduação –
511 DIGRAD no processo de análise de PPC. Explicou que analisavam se os PPCs estavam
512 adequados de acordo com as resoluções internas e externas do curso, mas que não
513 tinham condições de analisar a especificidade do curso. Informou que, em algumas
514 situações que causavam estranhamento, pediam esclarecimento da comissão, como
515 é o caso, inclusive, das disciplinas de escritório modelo do curso de administração.
516 Informou que, geralmente, a comissão retornava informando que a situação não era
517 de competência da DIGRAD, mas sim da própria comissão, que decidiu por manter o
518 nome da disciplina como Escritório Modelo depois do parecer emitido pela
519 Diretoria. Informou que a disciplina ocorria em alguns períodos e existia no PPC do
520 curso para oferta da extensão. Disse que o nome da disciplina talvez estivesse
521 equivocado, mas acreditava que o escritório modelo seria um lugar para o
522 desenvolvimento de um trabalho de extensão para o alcance da comunidade, no
523 entanto, concordou que o nome pudesse estar equivocado, mas não poderia tomar
524 a decisão pela comissão. O conselheiro Giovani, representante dos egressos,
525 segundo titular, disse que não via nenhum problema com a nomenclatura da
526 disciplina, afinal era uma aula prática não só de um conteúdo ou um só professor,
527 mas sim de vários professores que ministravam essa aula prática. Disse que a
528 metodologia era louvável para o curso de administração e que, na sua
529 concepção sobre o escritório modelo, de acordo com a sua experiência no *Campus*
530 Paraíso do Tocantins, acreditava na praticidade e referência do nome. A conselheira
531 Paula Karini lembrou que já tinham a natureza do escritório modelo regulamentada,
532 eram duas coisas na mesma instituição com naturezas diferentes, por isso seu
533 questionamento. Destacou que estavam no movimento de disseminar a cultura
534 empreendedora dos ambientes de inovação e escritórios modelo, assim como as
535 empresas Juniores e lab makers, que eram ambientes de inovação. A professora
536 Erna explicou que o escritório modelo estava regulamentado como projeto de
537 extensão na Coordenação de Extensão, dentro do Colegiado de Administração no
538 *Campus* Paraíso do Tocantins. Informou que a inserção da disciplina no PPC foi

539 devido às novas diretrizes curriculares nacionais, que pediam que trabalhassem a
540 integralidade, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade. Entenderam, então,
541 que a disciplina de escritório modelo funcionaria como um projeto integrador com
542 um projeto de extensão. Disse que as atividades de extensão seriam desenvolvidas
543 por meio de projetos que os estudantes realizariam dentro das empresas, ou seja,
544 um projeto de extensão que trabalharia as habilidades e competências dos
545 estudantes dentro das empresas; funcionaria como uma Empresa Júnior. Explicou
546 que preferiram o escritório modelo, e não a empresa júnior de administração, pois o
547 escritório modelo não era uma exclusividade da linha jurídica, era um escritório
548 modelo no qual alunos os estudantes desenvolveriam habilidades e competências
549 na formação de administrador, trabalhando tudo que precisariam dentro de uma
550 empresa, treinando por meio de projetos desenvolvidos dentro desse escritório
551 modelo. A professora Erna disse ainda que seria feito em cada semestre, a partir do
552 segundo, para trabalhar a interdisciplinaridade em projetos de extensão. Ressaltou
553 que decidiram manter o nome porque o projeto já existia no *campus*, informou que
554 inclusive já tinham uma sede para esse desenvolvimento e estavam juntando toda a
555 parte das metodologias ativas de prática dentro das instituições, ou seja, era um
556 projeto já em andamento e que só estavam incrementando-o. A conselheira Paula
557 Karini recomendou que a formalização do escritório modelo como projeto de
558 extensão de acordo com o Regulamento fosse observada, haja vista a necessidade
559 do escritório estar cadastrado no NIT/DIEM. Sugeriu, mesmo tendo o projeto de
560 extensão já historicamente cadastrado, para o âmbito das disciplinas em face da
561 necessidade de fomento dos ambientes de inovação, e considerando o escritório
562 modelo um deles, seria precarizar, no âmbito do currículo, essa disciplina ao mantê-
563 la denominada como escritório de projetos ao invés de escritório de modelo,
564 conforme a explicação de Erna. A professora Erna respondeu que não era um
565 escritório de projetos, mas sim um escritório no qual os alunos iriam para as
566 empresas para resolverem uma necessidade específica da empresa, de acordo com
567 as disciplinas que estivessem estudando no semestre. Paula perguntou se os
568 estudantes não elaborariam projetos de solução para a empresa, se já iriam direto
569 para a solução sem elaborar o projeto. Erna respondeu que os estudantes não
570 elaborariam projetos, mas sim desenvolveriam uma atividade para solucionar um
571 problema da empresa e que, por isso, não era um escritório de projetos. Erna
572 informou que, no PPC, constava um professor coordenador nessa disciplina e sua
573 tarefa seria justamente cadastrar como um projeto de extensão e fazer todo o
574 acompanhamento via projeto de extensão das atividades, e tudo o que os
575 estudantes desenvolveriam dentro das empresas não seria necessariamente um
576 projeto. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
577 aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
578 cinco, a saber: deliberação acerca de alterações no projeto pedagógico do curso
579 superior de bacharelado em Administração do *Campus* Paraíso do Tocantins,
580 conforme Processo nº 23234.015192/2020-62. Após apresentação,
581 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
582 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto seis, a saber: deliberação acerca de
583 alterações no projeto pedagógico do curso de licenciatura em Química
584 do *Campus* Paraíso do Tocantins, conforme Processo nº 23234.005080/2022-65. O
585 conselheiro Maukers perguntou se o documento ainda estava em análise, pendente
586 de aprovação, porque constava no projeto que o PPC seria aplicado para estudantes
587 ingressantes a partir de 2023/1, mas visto que o documento ainda seria aprovado
588 entendia que deveria ser aplicado a partir de 2023/2, pois se o aluno tinha prestado

589 o vestibular, ingressado, já estava matriculado e estudando, não poderia sofrer a
590 alteração no meio do curso. Disse que, quando o aluno fosse prestar o vestibular,
591 estudaria o PPC que fosse cursar. Propôs a alteração de aplicação para estudantes
592 ingressantes a partir de 2023/2. O diretor Daniel Marra disse que estavam em um
593 processo de alteração dos PPCs de todos os cursos de graduação do IFTO. Informou
594 que havia pelo menos quarenta e um nesse processo de alteração com prazo muito
595 curto, pois o prazo da Resolução nº 7, de 2018, já havia vencido, e que deveriam
596 iniciar 2023 com os cursos e a curricularização da extensão já efetivados. Justificou
597 que as comissões tiveram trabalho por causa do curto espaço de tempo e, em razão
598 disso, quase todos os PPCs só chegaram para a DIGRAD no final do ano. A título de
599 esclarecimento, informou que estavam com três quartos dos cursos curricularizados,
600 atendendo a Resolução. Ressaltou que o fato de ter chegado, no final do ano de
601 2022, a partir de dezembro, dezesseis processos na Diretoria de Graduação, sendo
602 que no setor trabalhavam apenas duas pessoas e uma delas estava em férias, não
603 houve condições para analisar todos os PPCs para que todos eles iniciassem 2023 já
604 atendendo às diretrizes. Informou que os *campi* estavam cientes de que, não
605 atendendo o prazo de envio dos PPCs para análise determinado pela Pró-Reitoria de
606 Ensino, que era até setembro de 2022, não iniciariam 2023 atendendo às
607 diretrizes; portanto, não poderiam ser aplicados aos estudantes que ingressariam
608 em 2023. No entanto, o entendimento das unidades foi de que poderia ser aplicado
609 sim, desde que houvesse o conhecimento dos estudantes que já estavam
610 matriculados, para que fosse feita a migração para a matriz. Informou que os
611 estudantes estavam matriculados de acordo com a matriz antiga, mas poderiam
612 fazer a migração que era realizada com frequência, desde que o aluno estivesse
613 ciente da migração e de que forma ela o afetava através de um termo de
614 consentimento. O conselheiro Carlos Pereira da Luz, representante dos
615 discentes, segundo suplente, pediu um esclarecimento. Informou que, no seu curso,
616 esta situação estava acontecendo, que ele era da primeira turma de licenciatura em
617 Teatro e o PPC havia sido modificado, mas os alunos que estavam ingressando
618 naquela época estavam cientes de que era um novo PPC de quatro anos, e não de
619 três anos e meio, e já entraram no curso sabendo que a matrícula estava encaixada
620 no PPC de quatro anos; processo também ocorrido com os alunos de Engenharia
621 Civil do *Campus* Gurupi: todos os estudantes migraram para a nova grade, o que
622 havia sido consentido por todos. O conselheiro Maukers disse que, diante dos
623 esclarecimentos e se havia o consentimento dos alunos via documentação, retirava
624 sua proposta e era favorável à aprovação. Após apresentação, o item foi submetido à
625 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se
626 à deliberação do ponto sete, a saber: deliberação acerca de alterações no projeto
627 pedagógico do curso superior de bacharelado em Sistemas de
628 Informação do *Campus* Paraíso do Tocantins, conforme Processo
629 nº 23234.019368/2022-17. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
630 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
631 do ponto oito, a saber: deliberação acerca da criação do curso superior de
632 licenciatura em Geografia do *Campus* Porto Nacional, conforme Processo
633 nº 23337.026237/2022-38. O diretor Daniel Marra informou que, naquele caso,
634 aprovariam a criação do curso de geografia, assim como a pauta seguinte, que seria
635 a criação do curso de pedagogia. Explicou que eram dois cursos contemplados em
636 um edital da Capes em parceria com Universidade Aberta do Brasil – UAB. Informou
637 que o IFTO havia sido contemplado para oferta de quatro cursos, que seriam
638 ofertados na modalidade a distância – EaD, eram eles os cursos de Geografia,

639 ofertado pelo *Campus* de Porto Nacional; Pedagogia, pelo *Campus* de
640 Araguatins; Letras – Inglês, pelo *Campus* Paraíso do Tocantins; e o curso de Gestão
641 do Agronegócio, que seria ofertado pelo *Campus* Palmas. Disse que, apesar de
642 serem ofertados pelos *campi*, os cursos e as aulas, evidentemente, seriam
643 ministradas em municípios onde não havia oferta de cursos de graduação
644 presenciais pelo IFTO. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo
645 sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
646 nove, a saber: deliberação acerca da criação do curso superior de licenciatura em
647 Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Araguatins, conforme
648 Processo nº 23233.020985/2022-75. Após apresentação, o item foi submetido à
649 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se
650 à deliberação do ponto dez, a saber: deliberação acerca do relatório final das
651 atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial – Pet Civil no ano de
652 2022 e do planejamento para o ano de 2023, conforme Processo
653 nº 23235.025501/2022-64. O diretor Daniel Marra informou que o Pet era um
654 programa de educação tutorial desenvolvido pelo curso de Engenharia Civil do
655 *Campus* Palmas, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –
656 FNDE, tutorado pelo professor Sales Neto e que havia dois estudantes bolsistas
657 vinculados ao projeto. Explicou que, anualmente, o projeto precisava ser avaliado
658 por um comitê interno que era presidido por ele (Comitê Local de Acompanhamento
659 e Avaliação – CLAA), e que, após a análise consultiva do comitê, era necessário o
660 encaminhamento para a aprovação no Consup. Ressaltou que a apreciação se dava
661 tanto das atividades desenvolvidas no ano de 2022 quanto do planejamento das
662 atividades de 2023. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
663 aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
664 onze, a saber: deliberação acerca da aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna
665 – PAINT para o exercício de 2023, conforme Processo nº 23235.017383/2022-11.
666 Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
667 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto treze, a saber:
668 deliberação acerca da aprovação do calendário acadêmico do curso de pós-
669 graduação em Sistemas Fotovoltaicos – Área Engenharia Elétrica do *Campus* Palmas,
670 conforme Processo nº 23236.023124/2022-19. Após apresentação,
671 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
672 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto catorze, a saber: deliberação acerca
673 do calendário anual de reuniões ordinárias de 2023, conforme Processo
674 nº 23235.001559/2021-31, com a seguinte sugestão de datas: primeira Reunião
675 Ordinária, 18 de abril; segunda Reunião Ordinária, 20 de junho; terceira Reunião
676 Ordinária, 20 de setembro; e quarta Reunião Ordinária, 13 de dezembro. O
677 presidente pediu que os conselheiros observassem que o número de reuniões
678 ordinárias anuais do Conselho era de apenas quatro, sendo o número maior de
679 reuniões quando havia necessidade de reuniões extraordinárias, mas as ordinárias
680 eram as estabelecidas em calendário e que tinham uma periodicidade mais
681 alongada. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
682 aprovado por unanimidade. Na sequência, foi feita a projeção e a leitura da Ata nº
683 1/2023/CONSUP/IFTO, de 28 de fevereiro de 2023 (1904784) pela representante da
684 Secretaria do Conselho Superior, Távilla Carolina Coelho Carmo. Após a leitura e as
685 devidas alterações feitas no nome do representante do SINASEFE, a ata
686 foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Juliana Queiroz,
687 pró-reitora de Administração, apresentou o demonstrativo da execução
688 orçamentária de 2022 e também o planejamento da execução orçamentária de

2023. Fez um breve resgate de sua apresentação no Consup em meados de 2022, época dos bloqueios. Lembrou que, naquela ocasião, sofreram um bloqueio de 14,5% (quatorze e meio por cento) nas despesas discricionárias, o que representava cerca de 6,2 milhões, e a dinâmica adotada no repasse linear desse bloqueio para o orçamento da Reitoria e das unidades do IFTO. Lembrou também em sua explicação de como se daria e qual seria o impacto do bloqueio de 24% (vinte e quatro por cento) naquele momento. Recordou que, nos dias seguintes à sua apresentação em 2022, houve uma redução do bloqueio, de 6,2 para 3,1 milhões, e nas semanas seguintes, o valor bloqueado foi de fato contingenciado, em duas etapas, através de portaria e decreto, que remanejaram o orçamento do Ministério da Educação – MEC para outros programas e ações do governo. Disse também que, ao longo do ano, foram empreendidos alguns esforços para que o orçamento fosse recomposto e os três milhões retornassem à matriz orçamentária do IFTO, o que infelizmente não aconteceu. Informou que chegaram até o final do exercício financeiro 2022 com o corte de 3,1 milhões na ação de funcionamento. Juliana Queiroz ainda relembrou que, ao longo do ano, houve outros episódios de bloqueio e cortes, bloqueio de orçamento, bloqueio do limite para empenho, bloqueio de financeiro. Enfim, rememorou que foi um ano orçamentário bastante movimentado e que, felizmente, na semana anterior, conseguiram acesso ao que foi contingenciado na última etapa, que não totalizava os 3,1 milhões, que de fato perdurou até o final, mas informou que conseguiram felizmente encerrar o exercício. Disse que, no âmbito do IFTO, por volta de agosto/setembro, foram adotadas algumas medidas para reprogramar o orçamento, uma delas foi feita através da PROAD, a Diretoria de Administração e a Gerência de administração fizeram um levantamento acerca de como estavam as despesas nos *campi* e uma reorganização com vistas à manutenção das atividades e ao pagamento das despesas essenciais. Recordou que o assunto havia sido deliberado do âmbito do CODIR e que apresentaria o que havia sido planejado e o que tinha sido executado. Pediu que os conselheiros não estranhassem as alterações, pois havia sido graças a elas que conseguiram encerrar o ano. Disse que as alterações foram provenientes de uma longa discussão e que tiveram que adotar algumas medidas como alteração de orçamento para manter todos os *campi* em pleno funcionamento e o pagamento dos colaboradores. Apresentou um consolidado das despesas de pessoal e encargos sociais, disse que no mês seguinte avaliariam o Relatório de Gestão, e aquele era um dos indicadores do relatório que fazia a relação de quanto a instituição gastava com pessoal e encargos sociais em relação ao orçamento total do órgão. Antecipou que a projeção dessa despesa para o ano de 2022 ocupou 79% (setenta e nove por cento) do orçamento. Informou que, inicialmente, estavam previstos R\$ 222 milhões (duzentos e vinte e dois milhões de reais) e, no final do ano, executaram mais de R\$ 267 milhões (duzentos e sessenta e sete milhões de reais). Destacou a diferença de R\$ 45 milhões (quarenta e cinco milhões de reais). Explicou que, na primeira despesa, no *slide* de pessoal e encargos sociais, estavam incluídas remunerações, proventos dos aposentados, previdência social, adicional de periculosidade e insalubridade; e nas outras despesas correntes estavam incluídos os auxílios (auxílio-alimentação, transporte, saúde suplementar e pré-escolar). Evidenciou que foi nesse grupo o aumento de R\$ 45 milhões (quarenta e cinco milhões de reais) em relação ao que estava previsto na LOA – Lei Orçamentária Anual, o que era absolutamente normal. Disse que dificilmente a LOA iria prever o valor da totalidade da folha, que também era natural que, ao longo do ano, a folha tivesse crescimento vegetativo por conta de progressões, ingresso de novos servidores, por isso, não era

739 nada que devesse assustá-los, pois essa suplementação em relação ao orçamento de
740 pessoal sempre ocorria. Juliana Queiroz, pró-reitora de Administração, continuou
741 apresentando as principais ações que estavam no orçamento de despesa de
742 discricionários. Informou que, a grosso modo, havia dois grupos: despesas
743 discricionárias e despesas correntes, e que as despesas de pessoal e encargos sociais
744 ficavam no grupo de despesas correntes. Dentro do grupo de despesas
745 discricionárias, Juliana informou que o principal grupo era a ação 20RG, que
746 englobava as atividades de manutenção e funcionamento; por meio dessa ação,
747 faziam o pagamento de água, luz, telefone, todos os terceirizados, contratos de
748 concessão de mão de obra, combustível, manutenção de veículos, diárias,
749 passagens, enfim, todas essas despesas eram enquadradas nessa ação de
750 manutenção e funcionamento, e era a maior ação no que dizia respeito ao
751 orçamento discricionário. Informou que esta era a ação que tinha sofrido o corte de
752 R\$ 3,1 milhões de reais. Apresentou o que havia sido planejado antes do corte e
753 observou que, no orçamento da Reitoria de R\$ 6.590.000,00 (seis milhões e
754 quinhentos e noventa mil reais) estava incluída a manutenção da unidade Reitoria e
755 mais uma série de ações que eram executadas pela unidade, como projetos de
756 pesquisa e extensão, Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC
757 e pagamento de estagiários. Destacou que a Reitoria era responsável por executar
758 boa parte do orçamento que dizia respeito às despesas institucionais. Quanto ao
759 corte de R\$ 3 milhões (três milhões de reais) e a execução de R\$ 3,1 milhões de
760 reais, Juliana informou que isso foi graças às medidas adotadas no âmbito do CODIR,
761 de alterar o orçamento e remanejar orçamento, porque entenderam que, naquele
762 momento, a prioridade era manter a instituição funcionando. Citou que na ação de
763 investimento, por exemplo, houve redução do orçamento apesar de todas as
764 tentativas de portarem orçamento na ação 20RG para auxiliar alguns *campi*. Com
765 relação ao *Campus* Palmas, frisou que o orçamento previsto inicialmente era de mais
766 de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais) e que foram executados
767 R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais), o que não significava que o
768 *campus* tinha perdido orçamento. Informou que o bloqueio orçamentário no
769 *Campus* Palmas tinha sido de cerca de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), mas que
770 o *campus*, em seu planejamento interno, remanejou o orçamento para ação de
771 assistência estudantil e para ação de investimento. Lembrou que os
772 remanejamentos eram de acordo com a autonomia e a discricionariedade da
773 unidade, que deveriam ser levadas em consideração, que os diretores deveriam
774 indicar em qual a ação que o *campus* estava precisando de mais recurso, e que essas
775 alterações eram decorrentes dessa autonomia do *campus* em fazer algumas
776 mudanças de orçamento e também na reprogramação orçamentária que foi feita
777 por meio do CODIR. Juliana explicou que o valor a mais na ação de funcionamento
778 havia sido recomposto graças àquelas ações. Quanto à assistência estudantil, Juliana
779 informou que a soma não tinha sofrido nenhum tipo de bloqueio, mas que poderia
780 ter havido um remanejamento de algum *campus* para uma outra ação para priorizar,
781 pois algumas despesas de assistência estudantil só eram pagas em funcionamento,
782 como auxílio-viagem e outras despesas, mas que o orçamento havia sido
783 praticamente executado em sua totalidade dentro da ação de assistência estudantil,
784 não havendo muitas diferenças do valor que havia sido planejado para o valor que
785 de fato executado. Apontou a importância de observarem que a redução na Reitoria
786 era decorrente também da descentralização. Explicou que, às vezes, a Reitoria
787 descentralizava o recurso para o *campus* executar ou então apoiava o *campus* em
788 alguma demanda específica apresentada na PROAE por não conseguir abarcar com o

789 próprio orçamento. Reforçou que fazia parte do trabalho da PROAE auxiliar os *campi*
790 nessas ações específicas, por isso, no final, acabavam executando menos, porque
791 parte do orçamento era executado pelos colegas nos *campi*. Quanto à ação 00PI –
792 alimentação escolar, Juliana informou que tratava de uma ação específica, fruto de
793 uma espécie de TED – Termo de Execução Descentralizado do FNDE que já vinha
794 determinada para alimentação escolar. Ressaltou que o IFTO executava muito bem
795 essa ação através da aquisição de gêneros alimentícios, inclusive da Agricultura
796 Familiar e chamadas públicas. Informou que o valor total e a divisão por *campi* era
797 definida pelo FNDE, que fazia o planejamento de execução do orçamento de
798 alimentação escolar. Informou que executaram R\$ 10,00 (dez reais), provavelmente
799 porque não fora possível empenhar algum item, mas que também era um
800 orçamento executado com muita tranquilidade em sua integralidade daquela
801 forma. Quanto à Reestruturação Investimento – ação 20RG, chamada também de
802 Orçamento de Capital pelos servidores, a pró-reitora de Administração informou que
803 era por meio dessa ação que viabilizavam obras de aquisição de equipamentos,
804 computadores, tudo que fosse caracterizado como investimento entrava na ação
805 20RG. Explicou que, após aprovação da LOA, o orçamento já havia sido dividido no
806 CODIR e os valores por *campus* felizmente estavam na LOA, a saber: R\$
807 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil). O orçamento total de investimento
808 para 2022 foi de R\$ 3.537.512,00 (três milhões quinhentos e trinta e sete mil e
809 quinhentos e doze reais), do qual foram empenhados, de fato, como investimento,
810 apenas R\$ 1.338.862,00 (um milhão trezentos e trinta e oito mil oitocentos e
811 sessenta e dois reais), tendo sido a diferença remanejada para ajudar a ação de
812 manutenção e funcionamento, ação que havia sofrido o bloqueio orçamentário.
813 Juliana ainda explicou que o recurso na verdade não havia sido subtraído do
814 orçamento do IFTO, mas sim alterado para o orçamento na ação 20RL. Quanto à
815 ação específica para capacitação, Juliana disse que ficou consignado no orçamento
816 R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil) para tais ações, e que esse valor era executado por
817 meio da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, e era por meio dessa ação que
818 conseguiam, por exemplo, ofertar bolsas no Pró-Qualificar, em cursos de formação
819 ofertados por meio da Reitoria, geralmente no formato In Company, para atender a
820 todas as unidades. Disse também que haviam executado praticamente a totalidade
821 do recurso. Em relação às emendas parlamentares, Juliana Queiroz apresentou um
822 quadro para que o Consup também tivesse ciência do que foi recebido pelo IFTO no
823 ano de 2022, no total quatro emendas parlamentares. Uma delas do deputado
824 Vicentinho Júnior no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil), ação 20RG, ou seja,
825 investimento, utilizada para aquisição de computadores, tendo sido praticamente
826 executada no valor total. Outra emenda foi do senador Eduardo Gomes, também na
827 ação 20RG, utilizada para reforma no *Campus* Gurupi, que ainda estava sendo
828 realizada para aquisição de *datashows*, microfones e *nobreaks*. Disse que a bancada
829 de emenda do estado do Tocantins foi fracionada para atender algumas demandas
830 do *Campus* Paraíso do Tocantins, como a abertura do posto artesiano, para a
831 reforma do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, e para a aquisição de alguns
832 *nobreaks*. Informou que o autor da apresentação para a bancada havia sido o
833 deputado Osires Damásio. Citou a única emenda parlamentar de custeio que
834 tiveram, que foi a emenda do deputado Célio Moura, de R\$ 150.000,00 (cento e
835 cinquenta mil reais), direcionados R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o município de
836 Araguatins e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o município de Araguaína.
837 Lembrou que os parlamentares tinham a liberdade de direcionar a utilização da
838 emenda, o que faziam algumas vezes, e outras vezes deixavam a critério do

839 Instituto. Destacou a execução de mais de 99% (noventa e nove por cento) do valor
840 das emendas, ficando apenas valores residuais nos quais não era possível empenhar
841 nenhum item. Outra fonte de recurso externa e também forma de captação de
842 orçamento externo citada por Juliana foram os Termos de Execução Descentralizada
843 – TEDs. Informou que havia alguns concedentes como a Secretaria de Educação
844 Profissional e Tecnológica – SETEC, CAPES, CNPQ e apresentou os TEDs celebrados
845 em 2022. Além dos R\$ 3.530.000,00 (três milhões e quinhentos e trinta mil reais),
846 informou que receberam mais orçamento, mas remanescentes de TEDs que estavam
847 pactuados, tendo sido TEDs novos apenas os quatro apresentados. Informou que os
848 quatro TEDs haviam sido pactuados com a SETEC, todos para investimento. Informou
849 ainda que a SETEC também direcionava a aplicação do recurso que, no caso do IFTO,
850 havia sido direcionado para aquisição de computadores e *notebooks*. Reforçou que
851 por meio desses TEDs atualizaram o parque computacional do IFTO. Quanto às
852 usinas fotovoltaicas, informou que também faziam parte de um programa específico
853 da SETEC, o ENERGIFE, que apoiava o uso de energias renováveis e que também
854 já vinha direcionado recurso para esse objeto. Citou também o edital para a
855 aquisição de equipamentos dos Laboratórios Makers, em que foram contemplados
856 os *campi* Gurupi, Palmas e Araguaína, também já definido para esse
857 objeto. Destacou que o valor descentralizado era maior do que o valor que tinham
858 inicialmente na LOA para investimento, então, era bastante improvável, por
859 exemplo, a atualização do parque computacional se não fosse por meio dos TEDs e
860 das emendas parlamentares. Informou também que executaram a totalidade do
861 recurso, 100% (cem por cento), por meio de esforço próprio, ou seja, o próprio IFTO
862 foi responsável pela execução do orçamento 2022. Lembrou que sua apresentação
863 era sobre execução orçamentária, ou seja, o que tinha sido empenhado, e que
864 poderia ser que parte desse orçamento ainda não tivesse sido liquidado. Quanto ao
865 planejamento do orçamento 2023, rememorou sua apresentação no Consup sobre a
866 nova metodologia de matriz orçamentária, novos indicadores de qualidade e
867 eficiência. Explicou que a matriz estava prevista para ser rodada no exercício de
868 2023, o que não havia ocorrido porque, no momento de submissão do Projeto de Lei
869 Orçamentária Anual – PLOA, o orçamento que tinha ido para a Rede era exatamente
870 igual ao orçamento de 2022, sem nenhum acréscimo, fazendo com que, naquele
871 momento, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação
872 Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF identificasse a inviabilidade da adoção
873 da matriz, que poderia provocar distorções que inviabilizassem o funcionamento de
874 algum Instituto, então adotou-se a medida de manter, para cada instituição, o
875 mesmo orçamento de 2022, já que tinham o mesmo montante. Disse que essa
876 metodologia também foi adotada no âmbito do IFTO. Observou que, em relação ao
877 planejado para 2023, houve uma queda dos valores porque, no momento em que a
878 LOA saiu do relator, perderam mais de R\$ 1 milhão dentro dessa ação. Disse que
879 esse corte, essa queda de orçamento, foi rateada de forma linear, cerca de 3,8%
880 (três vírgula oito por cento), e que o valor final para cada unidade foi o orçamento
881 de 2022 menos o corte sofrido pela LOA de mais de um milhão. Informou que o total
882 para funcionamento da Reitoria e dos *campi* foi de R\$ 24.649.728,00 (vinte e quatro
883 milhões seiscentos e quarenta e nove mil e setecentos e vinte e oito reais). Juliana
884 ainda frisou que, apesar da Reitoria executar mais de R\$ 6 milhões do orçamento de
885 funcionamento, apenas R\$ 1.750.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil
886 reais) eram, de fato, do funcionamento e manutenção do *campus*, e o valor maior
887 era decorrente das outras ações. Explicou que, no momento em que o orçamento
888 era rateado no âmbito do CODIR, já era feita a reserva para as ações institucionais

889 que viabilizavam editais de pesquisa e extensão, ensino, admissão de estagiários,
890 serviços gráficos (agendas, kit do servidor, material para eventos, pagamento de
891 GECC), projetos de qualidade, biblioteca virtual e outras licenças e serviços comuns,
892 como todas as despesas de seletivo, concurso público, participação do IFTO em
893 eventos como Agrotins, Identidade, entre outros. Informou que tinham feito uma
894 reserva para viabilizar o funcionamento da unidade Buritirana com os R\$ 400 mil
895 (quatrocentos mil reais) para capacitação que estavam previstos no ano anterior.
896 Disse que, por isso, os R\$ 4,9 milhões eram executados pela Reitoria somados com
897 R\$ 1,7 milhão, que era de fato direcionado para o funcionamento da Reitoria do
898 IFTO. Informou que a perda com o corte informado tinha sido de 3,8% (três vírgula
899 oito por cento); em 2022, eram mais de R\$ 30 milhões previstos na ação de
900 funcionamento, e ficaram com R\$ 29.559.084,00 (vinte e nove milhões, quinhentos
901 e cinquenta e nove mil e oitenta e quatro reais) em 2023, ou seja, a variação de
902 -3.8% (menos três vírgula oito por cento). Juliana ainda informou que, na ação de
903 assistência estudantil, também tiveram perda, mas o CODIR adotou a medida de
904 assegurar aos *campi* o mesmo orçamento do ano anterior, o planejado 2022 com a
905 mesma redução de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) subtraída
906 exclusivamente do orçamento da Reitoria; então, os *campi* mantiveram o mesmo
907 orçamento previsto no ano anterior, e a variação foi de -3,3% (menos três vírgula
908 três por cento), R\$ 6.738.000,00 (seis milhões e setecentos e trinta e oito mil
909 reais). Na ação de alimentação escolar, Juliana informou que, lamentavelmente,
910 perderiam cerca de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); segundo o FNDE, era por conta
911 também da redução do corte dos municípios, da população que estava
912 superestimada de acordo com o cálculo com base no número de alunos e na
913 população do município. Informou que o orçamento do ano anterior foi de cerca de
914 750 mil (setecentos e cinquenta mil reais), e o orçamento previsto para 2023 era de
915 apenas R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), distribuídos conforme a
916 matriz do FNDE. Evidenciou que a queda foi de 15,2% (quinze vírgula dois por
917 cento), o que era uma queda significativa para uma ação que tinha muita
918 importância para a instituição e para o estudante. Ressaltou que, através dessa ação,
919 conseguiam viabilizar muitas demandas. Informou que a ação de reestruturação
920 investimento também sofreu corte, e na distribuição desse orçamento seguiram o
921 mesmo molde do ano anterior, de acordo com a participação de cada *campus*
922 dentro da matriz. Além dos *campi* e da Reitoria, estavam incluídos pesquisa
923 e inovação, porque por meio dos editais também eram ofertados auxílios financeiros
924 para investimento, com uma distribuição de R\$ 814.514,00 (oitocentos e catorze mil
925 e quinhentos e catorze reais). Além desse valor, informou que receberam também
926 um recurso carimbado que era para reforma do *Campus* Avançado Pedro Afonso,
927 reivindicada à SETEC, no entanto, frisou que mesmo somando esse recurso
928 carimbado e mais os R\$ 814.514,00 (oitocentos e catorze mil e quinhentos e catorze
929 reais) da distribuição, ainda tiveram uma redução de 36% (trinta e seis por cento).
930 Disse também que, no ano anterior, foi por meio dessa ação que conseguiram
931 manter os contratos continuados, mas que essa redução provavelmente
932 inviabilizaria a adoção de qualquer medida dessa natureza. O presidente lembrou
933 que, em 2022, tiveram uma dificuldade muito grande em relação ao orçamento,
934 contingenciamento, bloqueio, que o ano de 2023 tendia a não ser tão diferente do
935 ponto de vista de volume orçamentário e, por mais que não tivessem a perspectiva
936 de corte e bloqueio ao longo do ano, já tinham iniciado o ano com 3,8% (três vírgula
937 oito por cento) a menos de orçamento na instituição. Disse que aquilo que era corte
938 no ano anterior, neste ano já era realidade, ou seja, na prática, o orçamento estava

939 menor e isso impactava todas as unidades. Informou também que o montante
940 empenhado em cada unidade ao final do ano contrastava com o que fora planejado
941 para 2023, ou seja, a conta não fechava, e destacou o tamanho do desafio da
942 Instituição. Informou que as maiores despesas que tinham para o funcionamento
943 institucional era com contratação de mão de obra, como limpeza, vigilância e apoio
944 administrativo, e que todas essas contratações tinham reajuste anual com base na
945 inflação do ano anterior, o que fazia com que a instituição iniciasse o ano com déficit
946 orçamentário na unidade Reitoria. Informou ainda que, na unidade Reitoria, esse
947 déficit já estava superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Pediu que
948 entendessem os desafios que tinham pela frente. O conselheiro Iomar,
949 representante dos técnicos administrativos, primeiro suplente, lembrou que a
950 instituição, nos últimos anos, passava por um período muito crítico financeiramente.
951 Destacou o esforço do reitor e dos diretores quanto à manutenção das unidades e
952 disse que, apesar de todas as limitações apresentadas por Juliana, percebeu a
953 evolução da Instituição em muitos aspectos. No entanto, apresentou sua
954 preocupação como bibliotecário com relação ao crescimento do acervo
955 bibliográfico e sugeriu que, em 2023 ou 2024, nos próximos orçamentos, fosse
956 pensado esse aspecto. Disse que tinham recebido demanda da PROEN com relação a
957 essa preocupação, pois o relatório foi preocupante com essa carência. Frisou que
958 estavam há cerca de quatro a cinco anos sem fazer um processo de aquisição de
959 acervo físico. Lembrou que a biblioteca virtual era um adicional, mas que não
960 substituíam o livro impresso. Disse também que a realidade do seu *campus* era
961 preocupante, pois refletia não somente na questão da avaliação do curso, mas
962 também na qualidade do ensino e da pesquisa. Destacou que precisavam de uma
963 biblioteca mais ampla que atendesse melhor as necessidades de informação da
964 comunidade. Juliana disse que essa preocupação também era da instituição, que já
965 tinham feito esse levantamento, instruídos todos os processos para fazer adesão de
966 ata e tentar viabilizar aquisição de acervo bibliográfico. Reforçou que era adquirido
967 com recurso de investimento ação 20RG. Informou que tentaram pactuar com a
968 SETEC um TED para aquisição de acervo bibliográfico de R\$ 2.000.000,00 (dois
969 milhões de reais), mas a SETEC, como explicado anteriormente, direcionava os
970 termos para os objetos que queriam, e não tiveram apoio da Secretaria para o TED
971 de acervo bibliográfico. Informou também que, apesar de terem finalizado o ano
972 com o processo pronto, já terem conversado com os fornecedores, não tiveram
973 recurso, porque o valor para a ação de investimento era muito pequeno e o acervo
974 bibliográfico era uma aquisição, do ponto de vista orçamentário, de valor
975 significativo. Informou ainda que continuavam tentando pois também era uma
976 preocupação do IFTO viabilizar algum TED para aquisição de acervo. O presidente
977 informou que o recurso ainda era de investimento, com 36% (trinta e seis por cento)
978 de redução em relação ao ano anterior. O conselheiro Gerson, tendo em vista os
979 números e as dificuldades dos últimos tempos, disse que queria ouvir do reitor,
980 baseado nas suas conversas com o MEC, se tinha alguma notícia boa para os
981 próximos anos. O presidente disse que a notícia boa era que a esperança vivia. Pediu
982 aos ouvintes que não fizessem nenhuma associação política partidária nas suas falas.
983 Reforçou que sempre buscou pautar por isso, como reitor, não importava o partido,
984 ao tratar da instituição. Respondeu que o que trazia um fôlego de expectativa
985 positiva era o fato de que o governo atual tinha sinalizado que a educação seria
986 protagonista. Logo nos primeiros vinte dias, todos os reitores foram convidados para
987 uma audiência presencial com o presidente, o que tinha acontecido somente antes
988 em 2010. Explicou que, apesar do convite, não tinha orçamento ainda, pois o

989 trâmite do orçamento de 2023 era aprovado em 2022, ou seja, ainda não era a
990 proposta orçamentária construída pelo atual governo. Disse que iriam, de fato,
991 vivenciar a proposta orçamentária construída pelo novo governo em 2024, quando
992 os trabalhos de composição dessa proposta orçamentária se dariam, entre junho e
993 agosto. Disse que, em meados de 2023, teriam uma percepção mais clara de qual
994 seria a sinalização que o atual governo daria para o protagonismo da
995 educação. Evidenciou que o protagonismo poderia se dar de várias formas, mas
996 quase todas elas dependiam de orçamento para serem concretizadas. Por isso,
997 tinham a expectativa de, em 2024, haver uma sinalização clara desse protagonismo
998 para a Rede Federal de Educação materializada na proposta orçamentária, o que era
999 um fôlego de esperança porque teriam dificuldade em 2023, mas em 2024, tendia a
1000 melhorar. Disse que, obviamente, ao longo do ano, o governo poderia fazer
1001 movimentações orçamentárias se ele assim entendesse como pertinente, tirar de
1002 um ministério passar para outro, aportar recurso na educação, existiam essas
1003 possibilidades, mas o que tinha de concreto era o que estava posto, cada um deveria
1004 trabalhar com base na previsão e enquadrar as suas ações. Lembrou que, na
1005 unidade Reitoria, já estavam iniciando o ano com R\$ 150.000,00 (cento e
1006 cinquenta mil reais) a menos porque entendia que existiam ações como a Feira de
1007 Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins em que a participação, a presença
1008 institucional, era prioritária e não podiam perder esse momento. Então não dava
1009 para cortar o orçamento daquele evento por conta dessa situação, mas isso geraria
1010 um déficit, um desafio o qual teriam que equalizar ao longo do ano. Disse que,
1011 quando mencionava R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de déficit, estava
1012 considerando que todas as ações institucionais aconteceriam e o desafio seria
1013 encontrar como equilibrar isso ao longo da jornada, mas ações de pesquisa e
1014 extensão, editais, volume de bolsas, projetos, Pró-Qualificar, tudo estava mantido,
1015 todos já tinham sido renovados para 2023, e informou que haveria editais para
1016 novas ações, e o recurso da assistência estudantil também seria mantido no mesmo
1017 valor do ano passado para os *campi*. Enfatizou que o trabalho dali em diante era na
1018 recomposição do recurso de alimentação estudantil – R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
1019 –, pois impactava muito na permanência dos estudantes do ensino médio. Disse que
1020 as ações institucionais continuariam de igual forma, o que aumentava era o desafio
1021 do gestor em buscar complemento orçamentário. Disse evitar esse tipo de discussão
1022 na comunidade, porque as notícias não eram boas, a realidade era desafiadora, o
1023 que poderia gerar um sentimento negativo que ele queria evitar. Disse que preferia
1024 que a comunidade estivesse sempre focada no positivo, trabalhando,
1025 desenvolvendo, e o restante buscariam solucionar ao longo da caminhada. Quanto
1026 aos informes, o presidente relembrou que a Agrotins aconteceria em maio e que era
1027 para ser a maior participação do IFTO no evento. Pediu a mobilização e a presença
1028 de todos os estudantes, em especial os dos cursos superiores das agrárias. Informou
1029 que estavam prevendo, com o recurso que tinham, fomentar a participação de, pelo
1030 menos, trezentos e trinta estudantes ao longo dos dois dias e meio de evento.
1031 Destacou a importância do foco dos participantes de vestirem a camisa do IFTO,
1032 mostrando que estavam representando a instituição, buscando um futuro
1033 profissional. Disse que estavam em contato com várias empresas que visitariam o
1034 estande, que seria trabalhado para demonstrar a grandiosidade do IFTO,
1035 especialmente sua atuação no agronegócio tocantinense. Disse também que
1036 contava com o prestígio e o orgulho de toda a comunidade em fazer parte da
1037 instituição. Informou que o Encontro dos Servidores seria no mês de abril no
1038 *Campus* Pedro Afonso, nos dias 20, 21 e 22. Disse que os diretores já estavam

1039 cientes e que deveriam mobilizar as suas comunidades. Reforçou o convite a todos
1040 os servidores para que se mobilizassem e participassem do momento. Disse que,
1041 independente do cenário de dificuldade, era o momento de estarem juntos,
1042 confraternizando, entendendo o que era a instituição e buscando uma energia
1043 realmente positiva para que continuassem desenvolvendo um trabalho de
1044 excelência com a sociedade. Informou que, no dia 15 de fevereiro, fizeram a
1045 abertura da nova turma do Centro de Referência em Educação a Distância – CREAD,
1046 com mais de dois mil e novecentos estudantes com acesso ao ensino técnico e
1047 subsequente do IFTO. Disse que o CREAD contava com mais de cinco mil estudantes
1048 em sessenta e cinco municípios, e a meta do IFTO era, até o final da gestão, estar em
1049 todos os municípios tocaninense. Destacou que estavam trabalhando com essa
1050 perspectiva, com a oferta de serviço de ensino, com prestação de serviço de
1051 extensão e de pesquisa para os municípios tocaninenses, e que estavam avançando
1052 significativamente nessa perspectiva. Enfatizou a importância da comunidade
1053 entender e reconhecer a instituição da qual fazia parte, que esta instituição fazia sim
1054 a diferença em todo o estado do Tocantins. Reforçou que a instituição estava
1055 buscando fazer a diferença cada vez mais na vida de todos os tocaninenses e que
isso deveria ser motivo de orgulho para todos, mesmo no cenário de dificuldade
orçamentária. Cristiey parabenizou os egressos militares que estavam atuando em
Araguatins, o egresso Wesley Leal do curso de licenciatura em Ciências Biológicas,
que fazia parte do Corpo de Bombeiros Militar, o egresso Luiz César do curso técnico
em Agropecuária e do curso de bacharelado em Agronomia, também como
bombeiro militar, a egressa Jaqueline Batista do curso de bacharelado em
Agronomia, atuando na Polícia Militar, o egresso Douglas Chaves do curso de
licenciatura em Computação, assim como o egresso Alex Pereira do mesmo curso,
atuando na Polícia Militar em Araguatins. Parabenizou também a egressa doutora
Whérica Gomes pela aprovação na residência médica, no início do ano, na área de
Pediatria na Universidade Federal do Rio Grande. Parabenizou também Tiago
Alencar Severino Borges Cruz, egresso do curso técnico em Agropecuária, que foi
monitor das disciplinas de Literatura e de História. Contou que Tiago, recentemente,
havia feito várias reportagens e entrevistas em que falava que a educação
transformou muito a sua vida. Era formado em Direito pela Universidade Estadual do
Tocantins, professor no *Campus* de Augustinópolis e coordenador do Laboratório de
estudos e extensão em direitos difusos e coletivos, também no *Campus* de
Augustinópolis. Parabenizou a amiga Gelza Carliane Marques Teixeira, também
egressa, dos cursos de Agropecuária e de Agronomia, cursou mestrado, doutorado e
tinha acabado de ingressar no pós-doutorado na área de Agronomia. O conselheiro
Elson parabenizou os aprovados do vestibular 2023 que ingressaram no IFTO e
gozariam de todas as oportunidades que a instituição proporcionava aos estudantes.
Desejou sucesso aos formandos de 2022 e que eles pudessem brilhar nos seus
caminhos e levar o nome do IFTO em seus currículos. Parabenizou os premiados de
2022 na Olimpíada de Química Tocantinense e na Olimpíada Nacional de Ciência.
Convidou todos para o primeiro Encontro de Pesquisa e Extensão – ENCOPE, que
premiaria os alunos do *Campus* Araguatins pelo destaque nos trabalhos
publicados, cujas ações e eventos ocorreriam no dia 2 de março. Citou a participação
da pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Paula Karini, e do pró-reitor
de Extensão, Milton Flores. Disse que o objetivo do evento era estimular a pesquisa.
O presidente ressaltou que a presença de todos era muito importante no evento. O
conselheiro Luís Carlos informou que o discente Kenedy dos Santos e o professor
Adailson Costa, do curso de licenciatura em Teatro de Gurupi, publicaram na revista

da Universidade de São Paulo – USP. Informou também que, no dia anterior, tinha participado da aula inaugural do curso de Ciências Biológicas no *Campus* Dianópolis. O conselheiro Maukers agradeceu o presidente pelo apoio e informou que já tinham alguns pesquisadores confirmados para o evento, como Paulo Roberto Fagundes, da Universidade do Vale da Paraíba – Univap; a doutora Inês Batista, uma das maiores referências no mundo na área de física espacial, fundadora de vários programas e respeitada no mundo inteiro; a doutora Laisa; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – NPEs, Clezio Marcos de Nardin, que além da confirmação de presença já havia mandado um resumo de trabalho. Agradeceu o empenho de todo o grupo e todo o comitê organizador e pediu a colaboração de todos na divulgação do evento, que era para alunos de graduação em Física, Química, Matemática, Engenharia Elétrica e Engenharia da Computação. Pediu também o registro em ata de que um aluno egresso do *Campus* Araguatins, que fazia mestrado no INPE, já estava caminhando para o doutorado, um pontapé inicial, de acordo com o conselheiro. Disse que, apesar do evento ser no *Campus* Araguatins, fez questão de colocar que a organização era do IFTO. Agradeceu o apoio da pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Paula Karini, e do diretor-geral do *Campus* Araguatins, Cláudio Galvão. Disse que, no momento oportuno, todos receberiam o convite para esse grande evento. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu novamente a presença de todos e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros deste Conselho que compareceram à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Membro**, em 02/08/2023, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iomar Lima Lago, Conselheiro**, em 10/08/2023, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayana Alencar de Matos, Conselheira**, em 10/08/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Alves de Oliveira, Conselheiro**, em 10/08/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 10/08/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saldanha Alves Braga, Conselheiro**, em 10/08/2023, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elson Martins Neves, Conselheiro**, em 10/08/2023, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yohann Cristian Alves, Conselheiro**, em 15/08/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Sousa Castro, Conselheira**, em 16/08/2023, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Delintro de Castro Neto, Conselheiro**, em 16/08/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Pereira da Luz, Conselheiro**, em 23/08/2023, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Gomes Martins, Conselheiro**, em 24/08/2023, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otavio Cabral Neto, Conselheiro**, em 24/08/2023, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maukers Alem Lima Dias, Conselheiro**, em 25/08/2023, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto Almeida dos Santos, Conselheiro**, em 28/08/2023, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Souza Moura, Conselheiro**, em 28/08/2023, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 30/08/2023, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 01/09/2023, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isaura Conejo Campos Rio, Conselheira**, em 12/09/2023, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1905218** e o código CRC **7C301D56**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.003116/2023-47

SEI nº 1905218